

## Europa, Democracia, Portugal.

Lincoln Secco

*“Se ainda é possível construir uma memória para Portugal e os portugueses? Essa memória, para mim, tem que se situar na Europa, no meio de desconstruídos valores” (Vitorino Magalhães Godinho)<sup>1</sup>.*

### Democracia e Idéia de Europa

A democracia hoje está associada a dois conceitos geográficos (ou geohistóricos, se preferirmos adaptar para fins políticos uma palavra da geologia): Europa e América (do Norte). Esta vem perdendo o pouco que acumulou em termos de admiração política. Ela era grande no século XIX, mas pereceu no XX. Sobrou algo não menos importante: a hegemonia cultural. Mas não da cultura política e sim da comportamental, musical, da moda, do vestuário, do individualismo etc.

A Europa, por outro lado, emergiu nos últimos 20 ou 30 anos como um novo modelo atraente não só para aqueles países espacialmente situados numa posição em que podem aderir (ou querer aderir) à União Européia. A Europa disputa a hegemonia econômica e monetária com os Estados Unidos na América Latina, no Oriente Próximo, em parte da África... Sua definição pública, entretanto, não aparece associada apenas a comércio e guerra (como os Estados Unidos), mas a cultura (mais erudita), direitos humanos e democracia.

Não cabe discutir se tais valores ou imagens são reais. Têm efeitos concretos.

Até a Segunda Guerra Mundial, ninguém (salvo alguns visionários) criam na possibilidade de um “ressurgimento” europeu. Os livros da época falavam em “decadência do Ocidente”, “decadência da Europa”, “crise dos valores europeus” etc. Agora, todos querem ser europeus. Espanhóis e poloneses, russos e lituanos, irlandeses e portugueses. Por fim, a própria democracia era desprezada ou os seus defensores eram cétricos o suficiente para considerar seu sucesso futuro uma remota possibilidade<sup>2</sup>.

Portugal integrou-se à Comunidade Econômica Européia em 1986, juntamente com a Espanha. Pouco antes (1981) a Grécia havia retornado<sup>3</sup> àquela comunidade. Incluindo a Itália (membro fundador), todo o sul da Europa Ocidental estava integrado, portanto.

Nos anos '90, como parte da União Européia, ampliou-se o debate intelectual, político e acadêmico acerca do significado dessa adesão portuguesa à política continental e o que ela representa, a saber: a suposta concretização dos ideais liberais do progresso material, democracia política e economia de mercado.

Se por um lado, esta adesão aparece como dotada de uma funcionalidade inerente à entrada dos fundos comunitários e à reprodução do

---

<sup>1</sup> Godinho, V. M. “O naufrágio da memória nacional e a nação no horizonte do marketing”. Em Bethencourt, F. e Curto, D. R. (orgs). *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991, p. 27.

<sup>2</sup> Canfora, Luciano. “Il disprezzo per la Democrazia”, in Canfora, L. *Togliatti e i dilemmi della politica*. Bari: Laterza, 1989, pp. 35-58.

<sup>3</sup> Pois havia sido desligada em razão da chamada Ditadura dos Coronéis.

capital, nomeadamente nos serviços e no turismo; por outro, questiona-se a perda de soberania, o papel específico português no mundo contemporâneo e as contradições entre o projeto europeu e uma constituição que ratificou fortes direitos sociais.

No âmbito da produção intelectual tem surgido uma miríade de publicações sobre o tema “Europa”. Elas abrangem análises de conjuntura, interpretação de dados estatísticos de várias ordens, debates políticos e jurídicos etc. Este texto tem por escopo a *história*. O que implica dizer que se trata de mostrar como evoluiu a idéia que em Portugal se forjou acerca do continente europeu. E também como Portugal foi visto pela Europa. O encontro dessas visões ao longo da história reflete-se, ainda hoje, num país que quer se sentir europeu e ser visto como tal apesar das inegáveis defasagens materiais e culturais em relação aos países de além Pirinéus.

### **As temporalidades históricas**

A Revolução dos Cravos situou-se numa encruzilhada de fatores de várias durações históricas. Boa parte da historiografia se dedicou à memória dos acontecimentos e aos fatores políticos e ideológicos que desencadearam o 25 de abril. E a partir disso se constituiu também uma memória: uma revolução que na época tinha várias cores (socialistas, comunistas, maoístas, terceiro-mundistas, social-democráticas...) tornou-se apenas o “dia da liberdade”.

“Liberdade” é uma palavra bela, mas não destituída de significado histórico. Nos últimos duzentos anos ela esteve mais associada à Direita do que à Esquerda. Desde a Revolução Francesa, os esquerdistas preferiram erguer a espada da igualdade, enquanto os liberais (que só com o surgimento dos partidos socialistas são associados à Direita ou ao Centro no fim do século XIX) tornavam-se os porta-vozes da liberdade.

Como argumentou Norberto Bobbio, “liberdade” é um conceito absoluto. Uma expressão “o homem é livre” não carece de complemento. Mas a expressão “o homem é igual” é destituída de sentido. “Igualdade” é, portanto, um conceito relacional. Um homem é igual em quê? E a quem? Daí a dificuldade de se transformar a igualdade numa ideia-força tão poderosa quanto a liberdade. Durante algumas sessões da Assembleia Constituinte Portuguesa, em 1975, via-se claramente que deputados mais inclinados ao centro usavam a palavra liberdade sem travas na língua, mas os que se inclinavam à extrema-esquerda precisavam explicá-la. Ora, os políticos perdem a iniciativa quando precisam se apropriar de uma idéia que foi monopolizada pelo adversário<sup>4</sup>. A Democracia, entretanto, comporta os dois conteúdos: liberdade e igualdade, mas esta é um ente indefinido se não se relacionar a outro ente.

O processo revolucionário que originou a democracia portuguesa vinculou estreitamente a liberdade e a igualdade. A liberdade vinculou-se às demandas do Partido Socialista, do Grupo dos Nove e de todos os que desejavam uma Revolução que não desembocasse numa ditadura. A igualdade consubstanciou-se numa série de direitos sociais e no preâmbulo da carta magna. Desconhece-se qualquer outra constituição num país capitalista

---

<sup>4</sup> Secco, L. *A Revolução dos Cravos e a Crise do Império Colonial Português*. São Paulo: Alameda Casa Editorial / Instituto Camões / Fapesp / Cátedra Jaime Cortesão, 2004, p. 140.

que vise explicitamente a construção de uma sociedade sem classes. Mas esta era a expressão contida na Carta de 1976!

Ora, esta duplicidade (liberdade/igualdade) traz problemas a qualquer análise histórica do Portugal Contemporâneo. Porque a atual democracia portuguesa não se vincula apenas ao ideário de abril, mas também a toda uma trajetória liberal que remonta ao século XIX e que se poderia definir como “européia”. Quando os valorosos capitães de abril saíram às ruas, eles não estavam lidando apenas com problemas circunstanciais ou mesmo conjunturais, mas com realidades de longa duração. Afinal, o país vivera nos últimos séculos a condição de um império ultramarino acostumado a ver-se com lentes dilatadas e não tal qual um pequeno retângulo na ponta extremada do Velho Mundo. O rosto da Europa. As elites lusitanas, desde o oitocentismo, recitavam a poesia da decadência e da necessidade de retomar os ritmos europeus. De voltar, como queria Antero de Quental, ao convívio das “nações civilizadas”. Portugal fazia a última revolução também para findar o último império.

Ao longo do século XIX suas elites políticas e intelectuais procuraram adotar formas de consciência, adaptadas à “idéia européia”: o vintismo era fruto dos condicionalismos mentais criados pela Revolução Francesa, assim como o cartismo e movimentos subseqüentes. Sempre condicionalismos europeus! Esse europeísmo encontra-se já numa certa “filosofia” subjacente aos decretos de Mouzinho da Silveira. E talvez encontremos demandas tipicamente européias e transpirenaicas no setembrismo, liberalismo, republicanismo, socialismo e até no comunismo.

O traço específico (e de longa duração) na história portuguesa chama-se “império”. A idéia imperial se contrapôs ao anseio europeu. Sá da Bandeira, os exploradores da África, a Sociedade de Geografia de Lisboa e, mais tarde, o regime de Salazar portaram a vocação atlântica em contraposição à vocação européia. É como se Portugal tivesse uma missão diferente e civilizatória em terras distantes do Velho Mundo.

Em 1961, iniciou-se a Revolução na “África Portuguesa”. Ela também encontraria seus limites em problemas herdados e de longa duração. A África Negra, cercada por dois mares e dois desertos, exibia recursos naturais, exibia suas rotas ancestrais, cedo desabadas. Faltavam as forças produtivas para lograr a realização do ideário socialista que foi adotado por muitos de seus líderes. Por direta responsabilidade dos colonizadores europeus, esta África teve que mergulhar na revolução, na guerra de libertação nacional e na guerra civil. Nas suas solidões extensas, no seu clima variegado, na sua beleza saqueada, herdavam, os africanos, as rotas de comércio voltadas para os interesses das antigas metrópoles, as divisões administrativas européias, as técnicas, vícios e preconceitos na administração do Estado. Tudo isso constringia o africano revoltado, o homem e a mulher que tentavam construir suas identidades nacionais.

Essas sobrevivências de longa duração também limitariam a ação revolucionária na metrópole portuguesa. Tratava-se já de um Império periférico, cada vez mais cedendo a exploração de suas colônias a empresas estrangeiras. Cada vez mais se vinculando economicamente ao mercado europeu. O império era uma forma política ultrapassada pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas, que reclamava os laços europeus, relações de produção e trabalho modernas e técnicas de exploração

neocolonial ou imperialista que Portugal não tinha condições de desenvolver na África.

Só uma revolução pôde solucionar os problemas de conjuntura e realizar os elementos de longa duração inscritos na história portuguesa, sendo o principal a suposta reintegração à Europa.

Isso só foi possível porque no momento em que eclodiu a Revolução, o ambiente europeu ao qual Portugal deveria se “reintegrar” se auto-representava por uma nova ordem caracterizada pela economia de mercado desenvolvida, Welfare State, Democracia política e um conjunto dilatado de direitos humanos. Fosse outro o momento, a forma dessa “reintegração” seria diferente? A Espanha transitou sem revolução a essa nova ordem europeia. Mas ela perdera seu império muito antes.

Os círculos oposicionistas (liberais, republicanos, socialistas) portugueses sempre tinham identificado a crise sistêmica e recorrente do Terceiro Império (1825-1975) com o “afastamento” da Europa. Os donos do poder preferiram asseverar a missão imperial e a busca de novos brasis no Continente Negro. Algo semelhante, *mutatis mutandis*, ocorria na Espanha depois do desastre de 1898 (derrota na Guerra Hispano-Americana). Parte da “geração de 1898” difundiu o conceito de *hispanidad* como sucedâneo ou compensação pela derrota. O Império desfeito para fins práticos leva à crítica da cultura política espanhola. Em Portugal, o Império não foi destruído. Ao contrário, ele se refez! E quando precisava ser superado, ele o foi num contexto europeu renovado. Mas a questão continuou sendo: qual o lugar dos portugueses no mundo? São europeus ou têm uma missão própria? Perderam seu papel de passada grandeza para ser a cauda política do Velho Mundo ou são a ponta de lança de uma tarefa civilizatória de importância mundial? Em Espanha o debate envolvia *casticistas* e *européistas*. Em Portugal, uns eram a favor da ditadura, outros da república (ou socialismo ou liberalismo ou qualquer nome que esta oposição viesse a ter).

Tanto uns quanto outros padeciam de uma mesma ilusão: a de um país desarticulado dos espaços e das economias centrais ou dos ritmos europeus. Teoricamente já se sabia no âmbito da Internacional Comunista que Portugal e Espanha ocupavam uma posição interna num circuito global de acumulação capitalista. Essa formulação foi adotada pelo Partido Comunista Português (PCP). O processo de descolonização (anos 1950 e 1960) e as teorias do intercâmbio desigual (Arghiri Emanuel) revelaram e atacaram as relações centro-periferia. Braudel e Wallerstein desenvolveram tais conceitos em pesquisas empíricas. Mas Portugal não podia ser encaixado na periferia, na medida em que era metrópole de um Império Colonial e combinava elementos da periferia e do centro. Além de geograficamente estar na área europeia. Ele é europeu, mas não tão desenvolvido. É subalterno perante os Estados Unidos e a Europa Ocidental, mas foi também uma metrópole.

### **Depois de Abril: a Europa**

Nem a Revolução de Abril nem a Assembléia Constituinte conseguiram ultrapassar os limites do ideário de uma democracia formal integrada numa ordem transnacional (todavia “europeia”). Ou seja, instaurar em Portugal um

modelo único, inédito: um pluralismo socialista<sup>5</sup>. A Constituição de 1976 era socialista. Certamente, a mais esquerdista do Oeste da Europa. Mas regia um país capitalista que passaria a ser governado alternadamente por um Partido Socialista e um Partido nominalmente Social Democrata que convergiam para o centro do espectro político. Os valores de abril que se confirmaram em Novembro de 1975 (do ponto de vista da correlação de forças militares) excluía o socialismo radicalizado e incluía os valores da Europa capitalista.

A Revolução tinha que lidar com problemas de três temporalidades históricas diferentes.

Na curta duração, ela precisava resolver como a dinâmica revolucionária se articulava com a dinâmica eleitoral. Numa duração média, ela precisava resolver o problema da Guerra Colonial que se iniciara em 1961. Mas na longa duração, ela precisava solucionar o conflito entre a vocação atlântica e o desejo de “volta à Europa”.

O país poderia ter se inclinado ao poder popular armado ou a um regime de força que tentasse se aproximar do Brasil e da África em novas bases, solidárias? Esta questão não pode ser respondida, embora houvesse correntes políticas que assim o desejavam. Mas seria preciso ressaltar que uma nova comunidade atlântica teria que se alicerçar no futuro e não no passado que foi de opressão e exploração colonial. O fato é que Portugal transitou rapidamente a uma democracia atualizada em relação às realidades de além Pirinéus. Mas o que isso implicou em perda de potencial utópico e revolucionário? E mesmo em termos de direitos sociais? Pois a Europa à qual Portugal se integra passou pelas Revoluções de 1989 e pelo fim do socialismo no Leste Europeu. Viu o ressurgimento da Europa Central como unidade política e a decadência da esquerda ideológica<sup>6</sup>.

### **Balanço: 30 Anos de Democracia**

Portugal não transitou sozinho à democracia política. Todo o sul da Europa tornou-se democrático na metade dos anos 1970. Exceto a Itália, que já era um país formalmente democrático, integraram este regime a Grécia, a Espanha e Portugal.

Ora, a origem da crise desses países reside parcialmente nos anos 20 e 30. A Espanha passou pela Ditadura Primo de Rivera nos anos 20 e pelo franquismo a partir de 1939. A Grécia (1936) eliminou a democracia e, depois de um interregno, ingressou na ditadura dos coronéis nos anos 60. Portugal aderiu a um regime ditatorial em 1926. Mas há uma especificidade ibérica, amiúde esquecida pelos cientistas políticos que inseriram as transições portuguesa e espanhola no quadro geral das mudanças dos regimes “autoritários” à democracia<sup>7</sup>. Essa especificidade ibérica reside em fatores históricos de longa duração. Um desses fatores é a tensa expectativa europeia.

---

<sup>5</sup> Eisfeld, R. “A Revolução dos Cravos e a política externa: o fracasso do pluralismo socialista”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N. 11, Coimbra, maio de 1983.

<sup>6</sup> Ash, T. G. *The uses of adversity. Essays of the fate of Central Europe*. London: Granta Books, 1991.

<sup>7</sup> O conceito de autoritarismo, de matriz liberal, é sociologicamente amorfo e plurívoco como acentuou há muito o maior sociólogo brasileiro: Florestan Fernandes. Portugal não era autoritário. Era mesmo uma ditadura!

Essa espera acentuou-se em partes expressivas das elites portuguesas no período dos trinta anos gloriosos. Portugal e Espanha desenvolviam-se em termos de infra-estruturas mas muito longe do dinamismo da Comunidade Económica Europeia. Recebia os fluxos turísticos, financeiros e comerciais mas mantinha uma superestrutura política em descompasso com a Europa.

Espanha e Portugal precisavam extirpar a ditadura e situar o papel coercitivo do Estado em limites constitucionais. Na Espanha, depois da morte de Franco e das grandes greves 1976, a questão era articular a contenção do movimento operário através da aceitação de medidas de arrocho salarial e equacionar o problema militar.

Todavia, é um equívoco acreditar que o afastamento dos militares era um traço só espanhol. O traço em comum com Portugal era exatamente este. Mas com “sinal invertido”. Na Espanha, os militares eram vistos como ameaça à democracia e defensores de um regime de extrema-direita. Em Portugal, uma parte dos militares parecia afeta à extrema-esquerda e a um regime igualmente não democrático. Sob a ótica liberal, todavia, o problema é formalmente o mesmo. Venha a suposta ameaça da Direita ou da Esquerda. A volta dos militares portugueses aos quartéis foi um problema debatido no verão quente de 1975 e em 1976. A Assembléia Nacional Constituinte existiu sob tutela militar do Movimento das Forças Armadas (MFA). A elaboração da Carta Magna transcorria sob limites ideológicos impostos pela correlação de forças sociais e militares anterior ao 25 de novembro. Certos valores socialistas estavam estabelecidos *a priori*. O período constitucional (1976 em diante) ainda suportou a presença do Conselho da Revolução e a própria Constituição tinha um preâmbulo que definia Portugal como um país em transição a uma sociedade sem classes. Mas o transcorrer da vida política portuguesa “normalizou” o sistema democrático no sentido do liberalismo europeu. Enfim, a constituição foi produto de uma revolução socialista, de modo que limitou a ação política liberal e paralisou muitas reformas. Elas foram feitas na forma em nível infraconstitucional (na legislação ordinária) e na forma da revisão constitucional (por duas vezes).

Do ponto de vista económico, a democracia portuguesa solucionou um problema de longa duração: findou o império. E inseriu Portugal num ciclo virtuoso de negócios e desenvolvimento. Mas não o retirou da periferia europeia. Ou para ser sociologicamente mais preciso, da semi-periferia<sup>8</sup>. Para Boaventura Santos, o Portugal que foi Império Colonial no século XVIII era claramente semi-periferia: correia de transmissão situada entre Grã Bretanha, por exemplo, e as áreas de exploração colonial. Mas a perda daquele Império (e também do último, desaparecido em 1975) não retirou Portugal da semi-periferia. Ele não galgou a condição central, mas também não desceu à condição periférica. Por isso, seria preciso definir *positivamente* o conceito.

Boaventura Santos asseverou com perspicácia a natureza específica e diferencial dessas sociedades semi-periféricas no contexto europeu. Acentuar o contexto é imprescindível, pois isso diz respeito a uma especialidade definida. Ainda assim, o conceito ainda não dá conta do porquê Portugal não transitou à periferia uma vez tendo perdido sua funcionalidade como correia de transmissão. Dois fatores de ordem política e geográfica são elucidativos. O

---

<sup>8</sup> Semi-periferia era espacialmente apenas uma zona de transição, na acepção braudeliana. Zona-tampão. Sua identidade advinha do fato de *não ser* e não do fato de *ser*. Ou seja, era apenas o que não podia ser nem periferia nem centro.

primeiro fator foi que Portugal, sem ser um país com potencialidade industrial considerável, criou um Estado distribuidor do excedente econômico (poupança), para além de suas capacidades produtivas. Essa criação só foi possível porque a transição do Império à democracia parlamentar se deu mediante uma revolução socialista ou que gerou expectativas socialistas. Dir-se-ia (como um velho professor falava do México) que a burguesia portuguesa foi temperada pelo medo da revolução.

O menos determinante, mas não negligenciável, foi o fato do país pertencer a um continente europeu em expansão. Ora, continentes não são apenas geográficos. Eles são históricos. E Portugal é uma das fronteiras indeclináveis do Velho Mundo, tanto em termos de transporte marítimo quanto em termos militares.

*“As sociedades semi-periféricas no contexto europeu caracterizam-se por uma descoincidência articulada entre as relações de produção capitalista e as relações de reprodução social. Esta descoincidência consiste no atraso das relações de produção capitalista, ou seja, das relações entre capital e trabalho na esfera da produção, em confronto com as relações de reprodução social, ou seja, as relações sociais que presidem aos modelos e às práticas dominantes do consumo. Esta descoincidência é articulada em função de dois fatores: primeiro, uma estrutura de classes em que se salientam diferentes classes de suporte que amortecem os conflitos entre o capital e o trabalho e asseguram o avanço relativo das práticas de reprodução social; segundo, a centralidade do Estado na regulação da economia. As sociedades semi-periféricas garantem a satisfação relativamente adequada dos interesses imediatos de amplos setores da população (e nomeadamente o operariado, numericamente importante na estrutura social da população) à luz dos modelos de consumo dominantes. Tal, porém, não se deve a altos níveis de produtividade do trabalho nem à grande institucionalização formal da relação capital-trabalho semelhante à que existe nos países centrais. Resulta, em geral, de um complexo tecido social em que esta última relação se desenrola, o qual, por seu lado, cria mecanismos informais compensatórios do atraso das relações de produção e, por outro lado, pulveriza os conflitos sociais entre o capital e o trabalho”<sup>9</sup>.*

As características das sociedades semi-periféricas (em contexto europeu) para Boaventura Santos são: descoincidência entre relações de produção e a reprodução social; situação de semi-industrialização; malha industrial adensada em setores tradicionais e competitividade baseada no achatamento dos salários. As bases desse processo residem na forma de reprodução da força de trabalho. Ela se baseia no salário direto, na agricultura familiar, na condição semi-proletária de muitas famílias e no salário indireto (ação estatal). Fatores conjunturais, como o peso dos juros de poupança e rendimentos de retornados da África e de emigrados também se fizeram valer.

Portanto, Portugal apresentou simultaneamente dados estatísticos de países pobres e padrões de consumo sofisticados, além de alta escolarização numa relativa situação de bem-estar material da população. O número de alunos no ensino superior, por exemplo, se multiplicou por três ou quatro vezes entre o período da Revolução e o início dos anos 1990. O índice de pesquisadores em tempo integral, mantidos por bolsas (em milhares) subiu de 3 (1982) para 13,6 (1997)<sup>10</sup>. Mas este “bem-estar” liga-se não só ao salário direto e indireto, mas também à reprodução não capitalista de relações

---

<sup>9</sup> Santos, Boaventura. *O estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, 2. ed. Porto: Afrontamento, 1992, p. 109.

<sup>10</sup> Valério, Nuno. *Estatísticas históricas portuguesas*. Lisboa: INE, 2001.

capitalistas, ou seja, combinação de formas pré-capitalistas com capitalistas, como ficou dito acima.

Essa situação híbrida foi também constatada pelo estudo empírico de quatro aldeias em torno de Coimbra feito antes e depois da Revolução dos Cravos. Estudo ímpar e de notável valor sociológico realizado por F. Piselli:

*“Dez anos mais tarde, todos os indicadores estatísticos demonstram que não houve crescimento a nível macroeconômico. O sistema produtivo é ineficiente e desarticulado; mostra uma instabilidade estrutural e uma debilidade intrínseca. Dois importantes indicadores do desenvolvimento, salários reais e investimentos produtivos, cresceram com ritmo lento. A dinâmica das exportações foi superada pelo crescimento das importações. Em particular, o país mostra maior dependência do exterior em três áreas decisivas: alimentação, energia, máquinas e tecnologia. O déficit com o exterior atinge 2/3 do PIB”<sup>11</sup>.*

O país apresenta debilidades herdadas do passado, como o déficit comercial alto compensado pelo equilíbrio da balança de pagamentos sustentado na base da remessa de divisas do exterior. Mas os indicadores sociais mudaram sensivelmente depois da Revolução dos Cravos:

*“A análise do aspecto social proporciona-nos uma leitura diferente: estamos perante um quadro de vitalidade, movimento, mobilidade social e bem estar generalizado (embora relativo) que contraria com o pessimismo infundido pelos indicadores macroeconômicos”<sup>12</sup>.*

Em 1975 (ano-chave da Revolução dos Cravos), 72,1% das exportações portuguesas dirigiam-se aos países europeus e somente 11,2% à África. Outros 11,1% iam para o Continente Americano (com destaque para os Estados Unidos) e 3,4% e 2,2% para Ásia e Oceania, respectivamente. As importações também eram européias (56,2%) e, *nota bene*, com boa participação americana (18,8%). Somente 7,4% das importações provinham da África, 1,5% da Ásia e 2,2% da Oceania<sup>13</sup>. Os dados também revelavam um déficit potencial bastante significativo em relação aos Estados Unidos, que apareciam individualizados como grandes exportadores a Portugal, mas não como compradores. Portugal importava 12,4% do total de seus produtos dos norte-americanos, e dirigia a eles somente 7,2% de suas exportações. Todavia, era já pelos números, um país integrado à Europa no aspecto comercial e, com o esfriamento da Revolução dos Cravos no sentido liberal e capitalista, também no aspecto político.

### **Os Problemas Conceituais da Democracia e da União Européia**

Em 1989 ao menos 50 países podiam ser considerados mais ou menos democráticos, pelos critérios liberais. Este ano foi um marco no que tange à democracia porque deslocou ligeiramente o campo de disputa ideológica para a Direita. Certamente, esse deslocamento começara antes, com a vitória conservadora de 1979 na Grã-bretanha. Mas foi o fim do comunismo histórico que abalou a esquerda ideológica, notadamente a comunista.

Para um país como Portugal, essa nova realidade impõe problemas de ordem geral e específica:

---

<sup>11</sup> Piselli, F. *Os caminhos silenciosos da mudança. Quatro aldeias antes e depois do 25 de abril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 7.

<sup>12</sup> Id. *Ibid.*, p. 9.

<sup>13</sup> Gaspar, J. (Direção). *Portugal em mapas e números*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981, p. 136.



**1. A entrada de novos países do Leste na Europa Unida gera o problema da cidadania de imigrantes pobres que se deslocam em busca de melhores padrões de existência.**

Como Portugal pode lidar com sua nova condição de país receptor de força de trabalho? Um traço de longa duração da história portuguesa foi “constante fuga das gentes” (Magalhães Godinho). Depois do 25 de o país criou as condições para se tornar pólo atrativo de ucranianos, africanos, brasileiros. Que problemas de identidade trazem essas novas correntes de imigrantes no momento em que o país está a integrar-se numa entidade que se superpõe aos Estados Nacionais?

**2. O que é a democracia numa ordem transnacional? Uma ordem supra-nacional em desenvolvimento é capaz de incorporar aqueles direitos e princípios que nasceram junto com os Estados Nacionais?**

Estes são realidades novas (em termos históricos) e ainda fortes. Embora houvesse estados territoriais imponentes antes, é só com a Revolução Francesa que assistimos ao surgimento do Estado-Nação. Dentro dele é que surgiu a cidadania jurídica e política no século XIX. E a cidadania social no século XX (para usar os termos de T. H. Marshall). Os Estados supra-nacionais que sobreviveram nunca foram democráticos. Pensemos no Império Austro-Húngaro e no Otomano até a Guerra Europeia (1914-1918) e na União Soviética até o seu fim (1991). Pode-se argumentar que todos os Estados são “supra-nacionais” em algum sentido. Todavia, há uma diferença entre Estados que reconheceram nacionalidades distintas importantes e aqueles que forjaram uma unidade nacional ideológica com apoio popular.

A União Europeia tem sido feliz na defesa de direitos individuais de cidadãos europeus. Mas no que tange à cidadania política não. Como combinar o poder financeiro de Alemanha, França, Grã-bretanha e, digamos, Itália, com a representação política do resto do continente? Se tomarmos o princípio de “um cidadão = um voto”, isso não significaria transferir poder dos países mais ricos a representantes dos mais pobres? Entende-se porque se protela a discussão sobre a entrada da Turquia e por que Ralf Dahrendorf disse que o urso cinzento (a Rússia) jamais será europeu. Sua população e seu tamanho são grandes demais.

Problema semelhante assustou as elites das classes dominantes britânicas, francesas e alemãs no final do século XIX. Bismarck baniu os Sociais-democratas por algum tempo do mundo politicamente estabelecido porque acreditava (e nisso coincidia com os marxistas) que o inevitável crescimento numérico do proletariado industrial daria automaticamente a maioria eleitoral para o socialismo. Marx e Engels (e este mais do que aquele) partilharam dessa crença. Ora, os marxistas não assumiram o poder na democracia. Ou quando assumiram, não eram mais tão marxistas assim. E, por fim, as elites estabelecidas também ingressaram na disputa eleitoral de massas e desenvolveram técnicas sofisticadas de convencimento eleitoral (como Gladstone na Inglaterra).

### **3. A Democracia pode ser funcional para o desenvolvimento econômico em regiões periféricas e de desenvolvimento tardio?**

De fato, o modelo de democracia liberal vigente na Austrália e Nova Zelândia, no Canadá e Estados Unidos, na maior parte da Europa e, com algumas restrições, no Japão, não demonstrou ter sido funcional para o desenvolvimento econômico e social dos demais países que abrigam a maioria da população mundial. Os chamados tigres asiáticos e o próprio Brasil se desenvolveram mais sob ditaduras. Mesmo Portugal não deixou de avançar produtivamente no salazarismo. Isso não quer dizer que o modelo democrático não seja desejável por outros motivos ou que não se torne funcional daqui para adiante.

### **4. O que é democracia hoje?**

Ora, se é verdade que nós vivemos num mundo cada vez mais globalizado, não é admissível testar teorias e princípios apenas numa área do planeta. Ou afirmar que eles só valem para a estreita margem ocidental da Europa. Em segundo lugar, a história nem sempre corroborou o ideal da livre economia de mercado combinada à democracia. A Inglaterra do século XIX era um modelo de economia livre empresarial e dinâmica, mas sua democracia excluía os trabalhadores como todas as outras. A Alemanha imperial de Bismarck era regida por leis estáveis, mas não era democrática. Havia mesmo uma lei que proibia os socialistas de disputarem eleições por um certo tempo. As democracias mais avançadas surgiram nos países nórdicos. Mas hoje, nenhum deles está disposto a estender a cidadania plena para imigrantes de países pobres.

Por outro lado, países da América Latina são hoje inteiramente democráticos e liberais, com a exceção de Cuba. Em nenhum deles se pode dizer que haja o império da lei como na Suécia. São países com governantes e parlamentares freqüentemente corruptos e as leis são “interpretadas” de acordo com o poder econômico de quem as invoca.

O que explica, então, o consenso mundial em torno da democracia? Ou melhor, o que define uma democracia? As eleições diretas e os plebiscitos (como lembrou Hobsbawm) eram usados no Império de Napoleão III, o sobrinho bastardo. Nem por isso a França era uma democracia. Os Estados Unidos, de fato, concedem mais liberdades individuais aos seus cidadãos do que se faz em qualquer outro lugar do mundo. Mas lá, as eleições são formalmente indiretas, e só dois partidos que jamais questionam o *establishment* podem, de fato, disputá-las. George W. Bush, o filho, foi eleito na primeira vez por uma minoria do eleitorado, e sob suspeita de fraude. A Turquia é democrática para todos os fins, menos para os seus cidadãos de origem curda. E não o é para a União Européia que não a aceita. Neste caso, o critério é o respeito aos direitos humanos. Ora, os Estados Unidos usam a base de Guantánamo para violar os direitos de seus prisioneiros afegãos. A Rússia de Putin torturou e matou seus opositores chechenos. Ambos são democracias liberais.

Na verdade, ninguém sabe o que é uma democracia. Ela só pode ser definida em teoria, porque as situações históricas são muito variadas para que encontremos algum país democrático. Pode-se argumentar que ela jamais existirá em estado puro. O que é certo. Que ela é um processo. Bem, mas tudo

é um processo. Se não identificarmos alguns procedimentos mínimos, então não haverá conceito que resista.

### **5. Qual o lugar do ideal socialista na Europa?**

Na Europa dominaram, de tempos em tempos, forças socialistas consideradas democráticas. Do caso extremo da Suécia, onde os sociais-democratas governam, com poucas interrupções, desde os anos 30, até o da Itália, onde o papel da social-democracia foi exercido sob o rótulo do comunismo e só chegou ao governo nos anos 90, toda a Europa Ocidental viveu experiências "socialistas". Mas em que medida o socialismo pode ser democrático?

Já no século XIX, a Europa, os Estados Unidos e, um pouco depois, a Austrália, começaram a incorporar a política democrática de massas em sua vida social. Na Alemanha, durante as campanhas anticlericais de Bismarck, surgiram partidos e movimentos católicos verdadeiramente de massas na mesma época da criação do Partido Operário Socialista. Avizinhava-se uma nova forma de fazer política numa época em que as massas populares, autonomamente ou manipuladas por demagogos ou por formas mais sofisticadas de dominação burguesa, entrariam de qualquer jeito na cena pública. A partir daí, para a burguesia só restavam duas saídas: retardar e limitar ao máximo o processo de democratização; e encontrar uma nova forma de exercer hegemonia sobre um número muito maior de pessoas que tinha agora o direito de voto. O escritor português Eça de Queiroz, observador da realidade europeia (e francesa em particular) disse, no último quartel do século XIX no seu livro "Echos de Paris", aquilo que lhe parecia ser a nova realidade política dos países da Europa Ocidental: "Os anos passaram, e os vencidos d'então são hoje cidadãos formidáveis, armados não da espingarda revolucionária, mas de um legal boletim de voto, e que, em lugar de erguer barricadas nas ruas, fazem deputados socialistas nas eleições".

Para o proletariado consciente não sobrava outra coisa a fazer senão tentar organizar-se cada vez mais num único grande partido de massas, se possível, para impedir ou diminuir a ascendência da burguesia sobre as massas num regime democrático.

O próprio Karl Marx, e mais ainda, o último Engels, asseverou o perigo que a democracia política traria para as classes dominantes. Sendo maioria na população, o proletariado conquistaria o governo por meios pacíficos. Bem, de fato, o proletariado industrial só foi maioria na Bélgica e na Inglaterra e, depois da metade do século XX, declinou em percentagem em todos os países desenvolvidos. Aléxis de Tocqueville, em suas *Memórias de 1848*, já acentuava o erro dos socialistas que confundiam a totalidade do povo com os operários de Paris.

Por outro lado, os socialistas chegaram ao poder por meios eleitorais em várias partes do mundo desenvolvido num movimento que se iniciou nos países nórdicos e se estendeu às Ilhas Britânicas e à França, antes da Segunda Guerra Mundial, e, depois dela, a outros países europeus. Nos anos 70, 80 e 90, a onda abarcou o sul: a Península Ibérica, a Grécia e a Itália e, atualmente, a América Latina (Brasil, Chile, Venezuela, Equador e, talvez, Uruguai e El Salvador). Mas a conquista do poder político encerra um paradoxo. Para ganhar eleições, os socialistas precisam usar as mesmas técnicas de marketing e manipulação das massas que a direita. Pode-se argüir

que se trata de ganhar primeiro (de qualquer jeito) e mudar a sociedade a partir de cima. Afinal, os fins justificam os meios!

Todavia, já vimos como esse socialismo autoritário, seja ele imposto por manipulação eleitoral ou por revoluções de vanguardas políticas, não dá certo. Governar sobre o proletariado é bem mais fácil do que governar com ele, pois isto exigiria aumentar sua consciência política e seu nível educacional. Como diria Gramsci, o partido deve ser dirigente (ter hegemonia) antes da conquista do poder e deve continuar a sê-lo também depois. Esse raciocínio não deixa de revelar um fato interessante; o quanto o comunismo e o socialismo têm um fundamento comum: a revolução de uma minoria ou, na pior das hipóteses, a renúncia à revolução, como o fizeram partidos sociais-democratas e partidos comunistas em muitos lugares. Não se trata aqui de julgá-los. No geral, foram escolhas condicionadas pelo momento histórico e tomadas com a melhor das intenções. Não é isso o que importa.

Na Europa, socialismo, liberalismo e democracia confluíram para um mesmo fim: os valores europeus. A direita majoritária renunciou, por enquanto, ao fascismo, ao nacionalismo e ao fundamentalismo (exceto o da economia de mercado). A esquerda comunista e social-democrata renunciou à ditadura, à revolução e ao próprio socialismo. A inexistência de alternativas reais e viáveis para o eleitorado gerou a apatia política. Esta apatia serviu como confirmação da tese de Schumpeter: a democracia é só um mecanismo de seleção de elites dirigentes. Ou como confirmação da idéia de que um grau de apatia é não só inevitável (pois as pessoas preferem cuidar de suas próprias vidas) como desejável (Sir Moses Finley<sup>14</sup> atacou tais argumentos em conferências dadas, não por acaso, nos Estados Unidos).

### **Conclusão: Revolução e Democracia**

Charles Pèguy costumava dizer que tudo começa com a mística e termina na política.

Em 1974 os capitães de abril acordaram uma Lisboa desacostumada à liberdade. De repente, lá estavam as massas prontas a apoiar um golpe militar que derrubaria 48 anos de fascismo em Portugal. Desobedecendo aos comunicados do Movimento das Forças Armadas (MFA), para que ficasse em casa, o povo de Lisboa foi às ruas e modificou, com sua presença, o caráter do levante militar. Ele se tornava uma revolução.

A Revolução foi *sui generis* por três motivos.

Feita pelo exército, dirigiu o país à esquerda. Sendo generosa, ela respeitou o vencido (para usar a expressão de Sophia de Mello Breyner Andresen). Sem governos eleitos, ainda assim ela fez livre um país inteiro. Algo curioso de se destacar num debate exatamente sobre as constantes redefinições de democracia.

O MFA, porém, não levou nenhum daqueles elementos até o fim e até o fundo. A igualdade murchou junto com os cravos. A Liberdade se conteve na democracia representativa. E a fraternidade não foi a mesma com os vencidos do 25 de novembro de 1975 (quando os oficiais de extrema esquerda foram excluídos do processo revolucionário e vários conheceram a prisão).

---

<sup>14</sup> Finley, M. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Os capitães precisavam afrontar problemas de diferentes idades históricas.

Imediatamente tiveram que criar uma nova ordem social. Diante de um impetuoso soerguimento da sociedade civil (ocupações de fábricas, moradias, escolas, creches), o novo governo tinha que, a um só tempo, neutralizar os agentes do Antigo Regime e conter os do novo.

O problema conjuntural era a Guerra Colonial na África. Os militares queriam a descolonização e o fim do conflito. O general Spínola, que era o novo presidente da República, mas não pertencia ao Movimento, tentava travar as ações do Governo Provisório, chefiado pelo coronel Vasco Gonçalves. Preferia, o velho general colonialista, uma espécie de *commonwealth* lusófona.

O problema estrutural, todavia, é o que mais angustia o historiador. Ele não se encontra na memória dos agentes daquela grande história, senão de forma accidental. Nos últimos dois séculos, quando Portugal perdeu o Brasil e tentou recriá-lo no continente negro, as elites portuguesas hesitaram entre a “volta” à Europa e a “missão imperial”.

Os capitães de abril não podiam ter a plena consciência desse dilema. E nem podiam escolher uma outra saída. Ela teria que ser atlântica, sim! Mas sem império ou imperialismo. Socialista, também! Mas com pluralismo e liberdade.

Eles tentaram. Poderiam mais? Pluralismo socialista e solidariedade atlântica foram sua mística. Ela terminou, porém, na política europeia.